



# O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXI • Abril / Maio / Junho 2022 • Nº 116

## Regime Remuneratório Reuniões descentralizados



Pág. 3

## ANS em Audiências Com MDN e CEMA



Pág. 9

## Directiva Tempo de Trabalho Nas Forças Armadas



Pág. 13

# ANS



# 33 ANOS

## A DEFENDER A CONDIÇÃO MILITAR

Pág. 2 e 16



## EDITORIAL

# 33 anos ao serviço dos Sargentos, das Forças Armadas e do País!

Quinze anos depois daquela madrugada de 25 de Abril de 1974, em que os militares, apoiados pelas massas populares trouxeram para os cidadãos a liberdade e a perspectiva do direito a ter direitos, fazendo de um golpe militar uma revolução intensa, que ainda defendemos e impulsionamos na adversidade tão dura que atravessamos, os Sargentos materializaram uma antiga ambição, tantas vezes discutida e perspectivada também nos almoços do “31 de Janeiro”.

E assim, naquele primeiro de Abril de 1989, mais de 4200 Sargentos deram corpo ao que há muito vinham sentindo: a necessidade de ter uma Voz, a necessidade de um organismo representativo que materializasse os anseios motivados por uma elevada consciência de classe. Os Sargentos sabiam que estavam a fazer História. Sabiam que estavam a escrever uma página importantíssima para a sua valorização social, profissional e humana.

A partir daquele dia, não mais a vida, a realidade e a imagem dos Sargentos seria a mesma numa caminhada em que, contudo, era evidente quão difícil nos teríamos de mover!

Muitas incompreensões, resistências e os mais diversos obstáculos foram sendo colocados no caminho. Desde a arrogância daqueles que afirmaram “*não passar de um grupo de aventureiros a quem não davam mais do que seis meses de vida*” até aos que, fazendo uso da prepotência, tentaram calar aquela Voz emergente por meio da repressão materializada em dezenas de processos e punições disciplinares.

No entanto, sem nunca perder a noção dos valores da camaradagem e da solidariedade, mas percebendo a força e a importância da unidade, poucos anos depois, não viraram a cara nem fecharam

a porta aos que anteriormente os castigaram, antes os ajudando e apoiando a constituir a sua própria associação de classe quando para tal foram solicitados.

Estes valores de solidariedade e de camaradagem, e esta noção de força colectiva, sempre no respeito pela especificidade de cada classe, também se manifestou quando, no limiar dos anos 2000, os camaradas Praças da Armada se lançaram no caminho do associativismo socioprofissional representativo.

Desde há trinta e três anos, a sós ou acompanhados pelas associações congéneres militares e as das Forças e Serviços de Segurança, e também, com o apoio da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, enfrentando ventos e marés adversos, os Sargentos resistiram e a Associação Nacional de Sargentos é, indubitavelmente, uma realidade respeitada e prestigiada, a nível nacional e internacional!

Alguns erros a par de muitas coisas bem-feitas; alguns desaires e amargos de boca a par de muitas vitórias arrancadas a ferros, mas, acima de tudo, muita entrega e dedicação a esta causa por parte de várias gerações de Sargentos, são a nossa imagem de marca. A experiência e a ponderação da veteranaria, lado a lado com a impetuosidade, generosidade e “sangue na guelra” dos mais jovens, foram, são e deverão continuar a ser, a imagem de marca das equipas que ao longo dos anos conduziram os destinos desta obra dos Sargentos e deverá continuar a ser a imagem de marca e orientação daqueles que terão de a continuar a conduzir.

Porém, se é verdade que muito se conseguiu ao longo destes 33 anos...quão diferente (para muito pior) seria a vida e a realidade dos Sargentos sem os resultados alcançados pela intensa luta associativa. Luta tão intensa e tantas vezes tão

desigual! Contudo, muito há ainda (e sempre) por fazer, no sentido da dignificação, valorização e reconhecimento da carreira e condições socioprofissionais dos Sargentos e suas famílias.

Se há vinte e um anos, depois de muitos combates, foi alcançado o direito ao associativismo profissional dos militares em letra de lei, hoje, a caminho do final do primeiro quarto do Século XXI, outros mecanismos terão de ser alcançados para continuar a lutar pela defesa da dignidade e das condições socioprofissionais dos militares e, no nosso particular, dos militares Sargentos!

Quando, há poucos anos atrás, em plena audição do Ministro da Defesa, na Assembleia da República, assistimos a um Secretário de Estado da Defesa, questionar, duvidando, se a Lei do associativismo profissional dos militares obrigar à existência de um processo negocial com os militares, fomos forçados a concluir que, então, a lei existente não é suficiente e que temos de nos bater por alcançar mecanismos mais efectivos para poder representar juridicamente os nossos associados, para exercer o diálogo social e participar na negociação colectiva, com efeitos vinculativos.

Este é mais um dos grandes desafios que se coloca às novas gerações de dirigentes. Para além de todas as questões de ordem socioprofissional pendentes ou a necessitar de intervenção, terá de ser colocada a exigência por estes mecanismos de efectiva representação. Para tal é necessário ajudar a alterar as mentalidades mais retrógradas, acomodadas ou malformadas. Importa abrir as mentes para as realidades existentes em muitos países com quem nos relacionamos, sem preconceitos, sem tabus nem medo das palavras!

E se, nesse sentido, é importante a queixa apresentada pela EUROMIL ao Comité Europeu para os Direitos Sociais, órgão de supervisão independente, é ainda muito mais importante a luta intensa que internamente teremos de continuar a travar. É importante o continuado reforço da ANS!

Quando, ao nível do factor humano, estamos perante um número de efectivos tão baixo, como nunca se havia verificado, e quando uma das maiores dificuldades está identificadas no recrutamento e na retenção, não pode ser aceitável, nem se pode considerar como sendo uma situação normal, a exigência de que

os jovens em formação complementar, após a recruta, paguem do próprio bolso materiais como kits de primeiros socorros, rações de emergência, material de camuflagem ou até lanternas com filtro vermelho que permitam acoplação à arma, entre outros produtos. Ou casos em que os Sargentos que terminam o curso terem de pagar o próprio boné, ou os Sargentos de Cavalaria terem de pagar as botas de cano alto, quando noutros estabelecimentos militares de ensino estas são distribuídas, ou quando os cursos de formação de Sargentos da Força Aérea decorrem num anacrónico regime de internato, ao contrário do que sucede com os Sargentos em formação na Marinha ou no Exército. Para além de configurar factores discriminatórios, contrários aos direitos previstos na Constituição da República, estas situações poderão estar a levar ao afastamento de jovens, desmotivados e a desacreditar na Instituição Militar.

Sem dúvidas ou hesitações, os dirigentes, apoiados pelas massas associativas terão de abraçar o desafio para que seja cada vez mais eficaz e efectivo o trabalho da ANS em prol dos Sargentos, das Forças Armadas e do País!

Esta significativa obra, de que estamos a celebrar os 33 anos de existência, tem de continuar a sua missão, para que os regulamentos de avaliação sejam cada vez mais justos e menos subjectivos, para que o reconhecimento académico da formação seja compatível com a elevada competência com que desempenham a missão, para que a valorização remuneratória seja uma realidade a par da entrega e profissionalismo, para que as exigências impostas à sua condição tenham a correspondente assistência médica, medicamentosa e social para si e para a família, para que tenham o justo e devido reconhecimento dos direitos consignados na Constituição da República de modo a poderem representar juridicamente os seus pares e a poderem negociar colectivamente as condições inerentes a um verdadeiro estatuto profissional, digno e compatível com a entrega, a dedicação e o compromisso assumido, sob juramento, com o Povo português e a Pátria! ▲

*N. R. - Intervenção feita pelo Presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, na cerimónia alusiva ao 33º aniversário da ANS, realizada a 25 de Junho de 2022, na Casa do Alentejo, em Lisboa.*



## Revisão e Alteração do Regime Remuneratório

### Debates descentralizados

Tal como noticiado na última edição d'*O Sargento*, a ANS continuou as sessões de apresentação e debate da proposta de Revisão e Alteração do Regime Remuneratório dos Sargentos por todo o país. Estas reuniões foram o segundo passo de um processo que mantém o objectivo inicial: a proposta deve ser entregue à tutela e demais entidades institucionais a tempo de ser considerada nos trabalhos de preparação do Orçamento de Estado para 2023.

Assim, depois de iniciadas em 16 de Fevereiro passado, na Sede da ANS em Lisboa, e já depois da sessão organizada na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó, foram realizadas mais cinco sessões-debate:

- em Beja, a 7 de Março, com camaradas da Base Aérea nº 11 e do Regimento de Infantaria nº 1;

- na Vila Nova da Barquinha (Santarém), a 29 de Março, com camaradas das várias unidades militares sedeadas naquela região;



Audatório Municipal da Vila Nova da Barquinha

- em Moinhos da Barosa (Leiria), a 31 de Março, com camaradas do Regimento de Artilharia nº 4 e da Base Aérea nº 5;

- em Ponta Delgada, a 14 de Maio, com uma sessão alargada que durou o dia inteiro;

- no Porto, com camaradas das diversas unidades, estabelecimentos e órgãos militares da região do grande Porto, no passado dia 19 de Maio.

Todas as sessões foram organizadas pelos núcleos de delegados ou associados dos vários locais e foram um exemplo do papel importantíssimo que esses camaradas desempenham no trabalho geral da ANS. Muito participadas, bem organizadas, estas reuniões serviram o seu propósito: debater, esclarecer, recolher propostas que pudessem enriquecer o trabalho final a apresentar.

Trabalho que ainda não está finalizado e por isso não o iremos publicar. Chegará a hora de editarmos e publicarmos essa proposta com o pormenor que se exige. Também não publicamos tabelas. Esse é um truque que outros usam para arranjar confusão. Libertam-se papéis com tabelas para pôr o pessoal a espalhar boatos, com outro tipo de intuitos, que não os nossos. As nossas tabelas estarão em anexo aos documentos que oportunamente publicaremos. Mas, para não se ser exaustivo, podem resumir-se os seguintes princípios em que assenta a proposta da ANS para a Revisão e Alteração do Regime Remuneratório dos Sargentos:

- Os Sargentos desempenham funções de adjuntos dos Comandantes e Chefes. Logo, o vencimento de um Sargento deve ter a sua posição reflectida no vencimento, por forma a adequá-lo à justa retribuição pelas funções desempenhadas. Isso só se consegue alargando o leque salarial dos sargentos, aproximando o seu vencimento aos níveis das funções que hierarquicamente desempenham como adjuntos dos diversos escalões orgânicos;

- Os atrasos nas promoções são inadmissíveis! As promoções devem ser feitas nas datas das vagas e com vencimento abonado a partir dessas datas;

- Criação de um valor fixo, igual para todos os militares, como Suplemento da Condição Militar, bem como a criação de novos suplementos que compensem condições especiais de desempenho de funções e/ou missões especiais;

- Criação da figura dos tempos máximos de permanência nos postos, particularmente nos postos de Primeiro-Sargento (1SAR) e de Sargento-Ajudante (SAJ);

- A Categoria de Sargento é a única que não tem a modalidade de promoção por diuturnidade. Esta deve existir para a promoção a 1SAR, a modalidade de promoção por antiguidade na promoção a SAJ, sendo a modalidade de promoção por escolha um critério a usar apenas para a promoção aos postos de Sargento-Chefe (SCH) e Sargento-Mor (SMOR).



Clube Recreativo Lis e Lena – Moinhos – Barosa - Leiria

Ao longo das reuniões, as dúvidas dos camaradas prenderam-se essencialmente com 'impossibilidades' causadas pela legislação em vigor. Esse é realmente um problema. Há que alterar legislação para que esta proposta possa ser implementada. É por isso que, a par do estudo sobre o impacto financeiro que ela implica, em curso neste momento, a ANS está também a trabalhar numa proposta de alterações estatutárias ao nível do EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), as quais farão mais sentido e reforçarão a argumentação na implementação do que se reivindica para o regime

remuneratório aplicável aos Sargentos.

Em Beja, por exemplo, os camaradas questionaram a razão pela qual tínhamos apenas quatro níveis remuneratórios (NR) para 1SAR e SAJ e seis para SCH. A razão é que, com a proposta de criação da figura dos tempos máximos de posto, após onze anos de permanência no posto, os 1SAR e/ou SAJ deverão ser promovidos. Sendo onze anos o tempo para cumprir quatro NR, não se verifica a necessidade de mais.



Audatório da Igreja de Ramalde - Porto

Outra das questões levantadas com alguma frequência, em Vila Nova da Barquinha, por exemplo, tem a ver com o desempenho de funções de posto superior não reconhecidas nem pagas. Ou a efectiva equivalência do tão propalado nível 5 de qualificações que está longe de ser uma realidade completa. Também aqui são necessárias alterações ao legislado actualmente sobre a formação militar, sobre equivalência atribuída aos Cursos de Formação de Sargentos, etc.

Foram reuniões muito importantes. Demonstraram a capacidade organizadora dos núcleos, contribuíram para a aproximação dos camaradas à sua Associação de classe, enriqueceram a proposta para a revisão do regime remuneratório aplicável aos Sargentos, entre outros factores positivos. Foram a segunda fase do processo. Segue-se, como referido, o estudo de impacto financeiro, a proposta de alteração do EMFAR e a entrega às entidades pertinentes. Nessa altura, também de tudo isso daremos a devida conta.

Luís Bugalhão



# REUNIÃO DE SARGENTOS

**BEJA - 07 de Março de 2022 – 18H00**  
 Casa da FAP (Antiga Casa Alemã)  
 Junto à Torre Habitacional do Bairro da Força Aérea



Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares

## Alteração do Regime Remuneratório Aplicável aos Sargentos

### Necessárias Alterações a Diplomas Legislativos

Serão cumpridas e respeitadas as regras de segurança sanitária em vigor.

Cartaz para a Sessão em Beja



## Cartas ao Director

**“Como aumentar os efetivos nas forças armadas?”**

Senhor Director

Sou familiar directo de um militar que, ainda muito jovem, há cerca de duas dezenas de anos se entregou de corpo e alma à missão de servir Portugal nas Forças Armadas. Estou muito triste e preocupado com o seu estado de espírito e com muitos dos desabafos que comigo, hoje, (ainda) vai fazendo.

Pontualmente tenho tido acesso à leitura do jornal “O Sargento” e porque, como cidadão, me revejo em muitos dos artigos, e também porque percebo que muitos assuntos coincidem com os desabafos deste meu familiar, resolvi botar uma linha no papel e enviar-lhe esta carta.

É necessária uma resposta para a resolução que mais assombra, - a carência de recursos humanos - mas, insistindo sempre no mesmo, parece que não querem ver, inclusivamente o que se passa nos baixos escalões. A opinião pública limita-se aos esclarecimentos dados pelos chefes militares, que estão subordinados pela forma como são escolhidos, ao poder político, tornando muito difícil não confundir os deveres militares com os seus subordinados.

Mas, passando à frente e sem pretender escrever sequer um livro, embora pudesse fazê-lo, e sem criar “movimentos” (já se esqueceram que foram eles enquanto cá estiveram que derrubaram a instituição militar, sem sequer, como se costuma dizer em bom português...deixarem o legado aos filhos e netos).

Pois bem, e posto isto a solução de alguém que pouco percebe de tropa e pouco quer perceber, deixa à reflexão de todos os que o rodeiam pois esses percebem de tropa e querem perceber.

Como aumentar os efetivos nas forças armadas?

- Remuneração condigna e competitiva quando comparada com outros órgãos tais como PSP, GNR, Polícia Marítima, os quais, ano após ano, captam cada vez mais o interesse e adesão dos nossos jovens;

- Introdução de um banco de horas, ou coisa parecida, uma vez que os nossos militares fazem um serviço de 24 horas e não recebem sequer uma hora extra ou tão pouco têm uma compensação em banco de horas por cada hora a mais trabalhada. Resumidamente, devemos ter muito cuidado quando se fala da escravidão de cidadãos estrangeiros que vêm para o nosso país trabalhar na agricultura. É certo que existe um dito dever de disponibilidade que é usado em tempo de paz, que permite que os comandantes atinjam os seus objectivos face a trabalhos “hercúleos”, que sempre aparecem feitos a tempo e horas, levando a que os comandantes sejam elogiados e laureados;

- Último e muito importante, é urgente consideração e respeito pelo potencial humano, uma vez que muitos comandantes após os homens terem satisfeito os seus pedidos (que por vezes mais parecem desejos de requinte) já nem falam aos seus subordinados, demonstrando por vezes insolência face aos mesmos, esquecendo que todos somos Seres Humanos, pretendendo dar a ideia que são seres superiores e que o sangue azul lhes corre nas veias.

Senhor Director, peço que releve a minha ousadia, mas não podia deixar de partilhar esta minha preocupação. Agradeço a atenção prestada.

*Leitor devidamente identificado*

## Encontro de Sargentos em S. Miguel

14 de Maio de 2022



ANS

Núcleo de Ponta Delgada  
São Roque



No dia 14 de Maio voltaram os Sargentos de São Miguel a reunir, conforme tinha sido planeado anteriormente durante as comemorações do “31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento”, ficando a sua organização a cargo, uma vez mais, do Núcleo da ANS de Ponta Delgada.

Neste dia, voltou a honrar-nos com a sua presença o nosso presidente, Lima Coelho, desta vez com mais tempo, disponibilizando-se para falar um pouco mais sobre a ANS, seus objectivos e esclarecer algumas daquelas que são as preocupações dos Sargentos nos tempos que correm e sobre o futuro.

Assim, reuniram-se vários dos Sargentos que prestam serviço neste arquipélago, em Ponta Delgada e dos vários Ramos das nossas Forças Armadas, que quiseram marcar a sua presença, mesmo que alguns deles ainda não sendo sócios.



A reunião iniciou-se com a entrega da bandeira da ANS por parte do Presidente ao Núcleo de Ponta da Delgada, no que foi uma agradável surpresa e pretendeu simbolizar o reconhecimento da extensão da ANS aos seus associados Sargentos dos Açores, o que muito nos honra e orgulha.

Na agenda dos trabalhos, a manhã encontrou como palestrante Lima Coelho que aproveitou para falar ainda sobre os vários regimes de reforma e propostas de alteração ao Regime Remuneratório.



Aproveitando para fazer uma pausa para almoço, onde os presentes se

regozijaram com a ementa variada e de bom repasto do “José do Rêgo”, proporcionada pelo simpático anfitrião, Sr. João, ao qual cuidamos no final em agradecer.

Reiniciados os trabalhos durante a tarde, agora na modalidade de pergunta/resposta, os presentes aproveitaram para tirar dúvidas, colocar questões e dar os seus contributos e opiniões nas diversas matérias em discussão. Soubemos, entretanto, com agrado, que o deputado açoriano Francisco César passou a integrar a Comissão de Defesa Nacional, na Assembleia da República, pelo que aguardamos com esperança e expectativa, que com esta nomeação



os problemas estruturantes das Unidades da Região recebam uma maior, necessária, especial e particular atenção.

No final, os representantes do Núcleo de Ponta Delgada, procederam a uma oferta, em nome da ANS, ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Pedro Miguel Medeiros de Moura, ao qual agradecemos por nos ter sido cedido o seu belíssimo auditório, espaço sem o qual não teríamos a possibilidade de efectuar o nosso encontro e alcançar com satisfação os resultados esperados. ▲



Núcleo de sócios da ANS em Ponta Delgada.



## INCUMPRIMENTO DAS LEIS (EMFAR; RAMMFA) MANTÊM-SE! LISTAS HOMOLOGADAS DE PROMOÇÃO PARA 2022 MAS, ATRASADAS!

**E** estamos no final do primeiro semestre de 2022 e continuamos a assistir ao reiterado incumprimento das leis – EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas) e RAMMFA (Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas). Os Conselhos das Armas/Serviços, no Exército, de Especialidades, na Força Aérea e de Classes, na Marinha, que deveriam ter sido convocados durante o ano 2021, para reunirem e realizarem os trabalhos de verificação e apreciação dos processos individuais dos militares com condições para promoção ao posto imediato no ano 2022, em conformidade com o que está no RAMMFA, foram convocados pelos respectivos Chefes de Estado-Maior de cada Ramo já decorria (há muito) o ano de 2022.

Como consequência, a **LEI CONTINUA, REITERADAMENTE, A NÃO SER CUMPRIDA**, porque, sobre as “Listas de Promoção”, o EMFAR no nº 3 do seu Artigo 184º estatui que “**As listas de promoção anuais são homologadas pelo CEM do respectivo ramo até 15 de Dezembro e publicadas até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam.**”



Este inaceitável incumprimento do EMFAR, já vem, pelo menos, desde 2011, quando estivemos subjugados pela Troika, mas, em Maio de 2014, a Troika foi-se embora e, supostamente, “libertou” o país das imposições/restrições financeiras. Lamentavelmente, para os militares, no que às promoções diz respeito, tudo se mantém. Já passaram mais de dez anos desde a chegada da Troika e quase oito anos desde que saiu, mas os militares continuam a ser subjugados por outra TROIKA, a **TROIKA que os Tutela!** Ou seja, imposta pela Tutela militar (Chefias militares), tutela política militar (MDN- Ministério da Defesa Nacional) e Tutela política financeira (MFin – Ministério das Finanças), onde todos “*assobiam para o ar*” argumentando que falta o despacho/autorização de alguém, nesta cadeia de ligeireza em não se cumprir as leis da República Portuguesa.

Devido a esta tutela de Troika (Chefias; MDN; MFin), o ano 2021 foi ainda mais penalizador que os anos anteriores, porque só quase em vésperas de Natal, mais exactamente em 18 de Dezembro de 2021, saíram finalmente os despachos que autorizavam a promoção dos militares. Esta situação de contínuo atrasar as promoções para o fim do ano, é altamente penalizadora para os militares e suas famílias, pois, são esbulhados em milhares de euros nos vencimentos, penalizados no cumprimento de funções/serviços de posto que já não deveriam ter e prejudicados no cálculo do valor da futura pensão de reforma, por terem descontado um valor inferior ao que deveriam ter feito se tivessem sido promovidos no dia da vaga.

Neste inaceitável universo de incumprimento, há uma casta de militares que não se podem queixar, os da Estrutura Superior das Forças Armadas – Generais e Almirantes (Gen/Alm) -, porque, para esses, as leis e os despachos de promoção são automáticos. Ainda mal tinha iniciado o ano de 2022 e no Diário da República (I



Série) nº5-A, do dia 8 de Janeiro de 2022, o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, assinou os despachos de homologação de promoção de mais de quatro dezenas de Generais/Almirantes, assim distribuídos: 16 para a Marinha; 16 para o Exército; 12 para a Força Aérea. Se a lei é rapidamente cumprida para estes militares, porque é que não se aplica o mesmo aos outros? Será porque os outros não têm cartão de partido político? Não esquecer que o EMFAR impõe o “Dever de Isenção Partidária nos termos da Constituição” (alínea i) do nº1 do artº12º) a todos os militares!

Acontece que o ano 2021, para alguns militares, particularmente Sargentos QP, foi ainda mais “madrasto”, porque alguns que tinham todas as condições de promoção e respectiva vaga no seu quadro especial, viram recusada a promoção por já não existir verba que contemplasse. Provavelmente foi com esta verba poupada na não promoção destes militares que permitiu as mais de quatro dezenas de promoções na Estrutura Superior das Forças Armadas. Alguns destes militares não promovidos já contavam com quinze ou mais anos de permanência no mesmo posto! Que motivação e vontade podem ter, no seu dia a dia, nas suas unidades, para o cumprimento da missão?

**É tempo que a lei seja cumprida e que os militares deixem de ser altamente penalizados, prejudicados e esbulhados nos seus direitos!**

As eleições legislativas aconteceram. Um novo governo já tomou posse, e já governa, e no pressuposto que não queremos mais do mesmo, por enquanto com homens iguais aos que ao longo dos últimos anos têm feito a (des)governança da Defesa (fazendo parte de uma verdadeira comissão liquidatária), deixando-a no estado dramático e exíguo em que se encontra, já só nos resta esperar que a empossada para a pasta da Defesa Nacional, tenha a sensibilidade, o conhecimento e a vontade em alterar toda esta situação inaceitável e injustificada de incumprimento das leis da República, que saiba valorizar e reconhecer o papel das Forças Armadas e dos seus militares e que seja, rapidamente, feito um sério investimento na melhoria das condições e meios que garantam o regular funcionamento e manutenção dos níveis operacionais dos ramos das Forças Armadas.

Por estas e outras razões é que no seio dos militares das Forças Armadas, existe uma grande desmotivação, porque consideram que as chefias não os representam, nem os defendem nos seus, já parcos, direitos.

**A falta de meios para a defesa dos seus direitos torna evidente a necessidade de se dar um salto qualitativo na criação de mecanismos de representatividade, negociação colectiva e defesa socioprofissional dos militares.**

Mário Pereira  
SMor (Res) ▲

## MEDALHA DE BONS SERVIÇOS MUNICIPAIS



**N**o âmbito das comemorações do 185º aniversário do concelho do Seixal, em cerimónia que decorreu no Complexo Desportivo de Santa Marta do Pinhal, no passado dia 6 de Novembro de 2021, foi distinguido com a medalha de “Bons Serviços Municipais” o Sargento-Mor, na situação de Reforma, Domingos Paixão da Eugénia.

Esta distinção, entregue pela Vereadora da CMSeixal, Maria João Macau, reconhece o percurso de cidadão e munícipe deste nosso camarada, como tendo sido um dos fundadores e dirigentes do Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho e tendo também passado pela Casa do Povo de Corroios e Ginásio Clube de Corroios. Mais tarde, foi Presidente da Direcção e da Assembleia Geral do Grupo Desportivo e Cultural Águias de Vale de Milhaços, onde ainda faz parte da Direcção.

É gratificante ver reconhecido um camarada Sargento. Domingos Eugénia integrou, por diversas vezes os Órgãos Sociais da ANS: em 1996/1997 como Vogal da Assembleia Geral; em 2000/2001 como Secretário do Conselho Fiscal; em 2002/2003 e 2004/2005 como Relator do Conselho Fiscal; em 2005/2006 como Vogal da Direcção; em 2007/2008 como Vice-presidente da Direcção e, finalmente em 2009/2010 como Vogal do Conselho Fiscal. ▲

## APE ASSINALA 90 ANOS DA SUA FUNDAÇÃO!

**N**o passado dia 1 de Junho de 2022, pelas 21h00, na sede da Associação Pupilos do Exército (APE), em Lisboa, realizou-se a cerimónia comemorativa do 90º aniversário da fundação desta Associação.



A cerimónia foi presidida pelo Chefe do Estado Maior do Exército, General Nunes da Fonseca em representação do Almirante Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Silva Ribeiro.

A ANS, presente na cerimónia, esteve representada por José Galvão, Secretário da Direcção.

Do programa da cerimónia destacou-se a entrega de diploma de Associado Honorário da APE, aprovado



em assembleia-geral de 26 de Março de 2021, ao Sargento-Mor da Arma de Cavalaria, Carlos Jorge Plácido Batista, como reconhecimento pela dedicação prestada ao longo dos vinte e oito anos que serviu nos Pupilos do Exército.

José Galvão ▲



## Vontade de Servir... Desencanto e Frustração!

É cada vez maior o universo de Sargentos, de vários escalões etários, ramo, situação e nível de formação, que sente que as forças armadas não valorizam os militares nem as competências pessoais que cada um deles tem.

Como sabemos, a falta de recursos humanos é gritante, particularmente nos níveis mais baixos da hierarquia militar. O dever de tutela é cada vez mais uma realidade ausente, apenas escrita em alguns documentos. A prepotência com que muitos Sargentos são tratados é, no mínimo, desencorajadora da vontade de continuar uma carreira.

A maioria dos Sargentos encontra-se subvalorizada, gerando um enorme descontentamento e, se nada mudar, em breve as forças armadas serão constituídas por aqueles que apenas querem progredir mais um nível remuneratório, ou por muitos que pouco sabem fazer, conseguido apenas impor a sua vontade devido à superioridade hierárquica que, circunstancialmente, detêm.

Este estado de coisas é, seguramente, uma das razões para que um número crescente de militares altamente qualificados entenda recorrer à situação limite de requerer o "abate ao quadro". Seja ao fim de

oito, dez, quinze, vinte, vinte e cinco anos de serviço!

Militares altamente qualificados estão a ser absorvidos pelo mercado de trabalho com condições que as forças armadas não conseguem igualar. Mas não são apenas os militares altamente qualificados! Também muitos militares desiludidos, frustrados por um tratamento completamente desigual, buscam a saída para outros trabalhos, quaisquer que sejam, mesmo que muitas vezes tenham de indemnizar as forças armadas em montantes bastante elevados. Isto reflecte bem o nível de insatisfação e desencanto. É sensível o risco de que serão poucos os que vão permanecer.

Os motivos para este estado de coisas são muitos, variados, transversais aos três ramos das forças armadas. Uns quantos já vindos de há anos atrás e, apesar das reiteradas denúncias, protestos e sugestões de alteração apresentados pelas associações representativas, alguns continuam a minar e a destruir o necessário e fundamental espírito de corpo.

Tratamento discriminatório entre militares como, entre outros exemplos, o facto dos Sargentos da Arma de Cavalaria em formação na Escola de Sargentos do Exército (ESE), terem de adquirir as botas de montar, enquanto que em outro estabelecimento militar de ensino, estas são distribuídas aos formandos. Ou o facto dos Sargentos que ingressam no Quadro Permanente da Força Aérea terem de pagar o próprio boné do uniforme nº 1. Ou, diferentemente do que sucede na ESE e na ETNA (Escola de Tecnologias Navais da Armada), os Sargentos em formação no Centro de Formação Militar e Técnica da



Força Aérea (CFMTFA) terem de frequentar o curso cumprindo um anacrónico, desajustado e antiquado regime de internato. Ou continuar a haver Sargentos na Marinha, com mais de vinte anos de permanência no posto de Primeiro-Sargento, vendo camaradas que foram seus alunos serem, entretanto, promovidos a postos superiores, dentro da mesma categoria.

Mas agrava-se a situação quando os Sargentos são chamados, quando não mesmo forçados, ao desempenho de funções a que não correspondem os seus postos. Para além de contrariar a legislação estatutária em vigor, causa um mal maior – desmotivação! Neste aspecto podem referir-se inúmeras situações em que, devido à escassez de militares da categoria de Praças, se colocam Sargentos a desempenhar funções inerentes aos nossos camaradas Praças. Que dizer da situação em que perante a necessidade de formar uma Guarda de Honra constituída por uma Companhia a três Pelotões

em que, os Pelotões em vez de terem o formato regulamentar 1, 3, 18 (um Oficial, três Sargentos e dezoito Praças), se deu a instrução de que seria 1, 21! Ou seja, se num Pelotão só se conseguirem dez Praças, preenche-se os outros onze com Sargentos! E os Sargentos mais antigos aceitam-no? E um comandante determina-o? E a alta entidade militar para quem se forma a Guarda de Honra, não questiona a situação?

Se estes aspectos, a par de uma deficiente assistência médica e medicamentosa para a generalidade dos militares e suas famílias, já causam enorme insatisfação e desmotivação a quem quis servir o País envergando um uniforme das Forças Armadas e, no particular, ostentando orgulhosamente uma divisa de Sargento, tudo se acentua quando os Sargentos estão confrontados com uma tabela salarial injusta, obsoleta e elitista, que urge rever, alterar e actualizar, matéria, a par de muitas outras, em que a ANS também se tem batido e vai continuar a bater-se! ▲



## SOLIDARIEDADE - CONCERTO DE PRIMAVERA DO EXÉRCITO

O evento que decorreu no passado dia 21 de Maio, foi importante, aglomerador e sem dúvida um óptimo momento cultural.

Prendeu os espectadores com uma colectânea de música clássica e moderna, alinhada por uma muito bem composta e treinada Banda Sinfónica do Exército, e pela voz do nosso já conhecido Luís Represas.

Serviu para afirmar, entre muitos aspectos, dois que se destacaram como mais relevantes: a importância da cultura (que carece de ser defendida) nas nossas vidas, seja a dos cidadãos comuns, jovens e também militares, seja na nossa sociedade, como um motor dinâmico e de união, como ficou provado nesse mesmo dia na Aula Magna, levando-nos para o segundo aspecto mais relevante que é o da solidariedade, demonstrada, como já foi dito, pela união que a cultura (mais especificamente a arte) nos traz, mas também pela importância dada por todos no que toca à ajuda aos mais desfavorecidos.

Posto isto resta fazer duas críticas: a de que também as nossas Forças Armadas, não dando mais palco às nossas necessidades, mas ainda assim afirmando-as como importantes, precisam, também, da solidariedade dos cidadãos, dos jovens e dos militares, no que toca à defesa das nossas carreiras e das nossas condições físicas e pes-



soais, como defensores da paz e da soberania do nosso país; e também a crítica referente ao facto de ter faltado a colocação de uma Bandeira Nacional, naquele espaço.

Era um gesto que ficava bem e que nos permitia fazer uma outra leitura da magnitude do evento em questão.

M. Dias ▲



## E os militares casados, têm que se separar?

O normativo que regula as “Normas de Nomeação e Colocação dos Quadros Permanentes e dos Militares RV e RC” não inclui qualquer tipo de referência a colocações por motivo de doença do próprio militar ou de assistência na doença a familiares.

A Condição Militar e total disponibilidade ratificados com o juramento efetuado perante a Bandeira Nacional, não deixa margem para dúvidas sobre o empenhamento que se espera de cada militar.

Infelizmente sobre a protecção social na doença para os militares e seus familiares, embora direitos fundamentais, plasmados na Constituição da República, a nossa legislação militar é omissa no que se refere a colocações. Cada caso que surge com um militar com doença comprovada e com necessidade de prestar assistência a filho ou cônjuge, que necessite de ser colocado perto da área de residência do seu agregado familiar, segue um caminho, sujeito a sensibilidades pessoais e ao livre arbítrio, por omissão de suporte legislativo.

Infelizmente, o contexto actual da pandemia só veio demonstrar a fragilidade da condição dos militares, no que respeita à saúde. Ver e ouvir alguém dizer que foi diagnosticado com uma doença incapacitante ou do foro oncológico, passou a ser uma situação normal no nosso quotidiano. O apoio familiar é muito importante para ultrapassar as situações de doença e todas as suas envolventes e isso só é possível com uma maior proximidade e presença. Contudo, devido à gravidade das doenças, alguns dos processos de tratamento e recuperação são longos e desgastantes. A Instituição Militar deveria cumprir um rigoroso critério, tendo como suporte o Dever de Tutela, preocupando-se em harmonizar e salvaguardar a

componente social dos militares, que tão orgulhosamente se anuncia nas campanhas de recrutamento.



No entanto, não existe qualquer referência a este tipo de situações de apoio na doença a familiares ou aos seus cônjuges, devida e necessariamente salvaguardados, quer no EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), quer nas normas de colocações dos militares das Forças Armadas.

Atravessamos tempos conturbados no mundo, mas para as populações em geral, as Forças Armadas continuam a ser uma referência, devido ao compromisso diário dos seus militares que, dentro das fileiras, mostram que podem sempre contar com o profissionalismo e dedicação dos militares, independentemente da sua colocação, ou até mesmo da arma, serviço, classe, especialidade ou ramo em que serve.

Socialmente, e ao contrário de outras instituições civis como por exemplo o Ministério da Educação (*Mobilidade interna por motivo de doença ou de assistência a familiares - Despacho Conjunto n.º A-179/89-XI de 22Set2016*), não existe protecção para que situações como o apoio na doença a cônjuge ou familiar, sejam minimizadas no dia a dia de cada militar das Forças Armadas, que apenas desejam manter com orgulho o seu compromisso com os Portugueses e com Portugal.

O destino percorre percursos curiosos e nunca se sabe como o vamos encontrar, mas seria bom que na condição de militares, estes continuassem a sentir que nas Forças Armadas, sem-

pre existe alguém que olha pelos Homens e Mulheres que ali servem, pois, os laços da lealdade e da camaradagem, dificilmente serão quebrados, por muito mal que esteja todo o resto.

Uma das últimas propostas de alteração das normas de colocação a que tive acesso, efectuada por uma comissão nomeada para tal (certamente sem nenhum Sargento incluído nem sequer consultada a ANS), previa a colocação a título excepcional em caso de apoio a familiar (cônjuge ou filho) apenas a militares com “famílias monoparentais”! A pergunta impõe-se: E os que estão casados, têm que se separar? A resposta a esta pergunta, foi, imagine-se, ou melhor, pasme-se, que “sendo um casal, um deles pode ficar em casa a tomar conta do familiar doente”!!!



Importa que os camaradas dirigentes da tão prestigiada ANS, eleitos pelos seus pares na condição de representantes, alertem a tutela, civil e militar, para que em futuras propostas de alterações, quer do EMFAR, quer das normas de colocação, salvaguardem estas situações, com propostas concretas de alteração das normas de nomeação e colocação tendo em conta a necessidade do apoio na doença, pois, continuam a aparecer muitos militares que gostariam que, na sua condição especial de militar, também ficasse salvaguardado que cuidar da família, não impede que se exerça a sua condição a 100%. Para que continue a ser um orgulho servir Portugal como militar e, particularmente, como Sargento. ▲

## Crónica Nacional – Defesa Nacional

As declarações do Primeiro-ministro acerca da sua noção e política adoptada para as Forças Armadas e Defesa Nacional continuam muito arredadas dos preceitos constitucionais e não auguram nada de bom para os militares antigos e actuais. Aliás, como já vem sendo hábito em Governos de maioria do PS, e também do PSD, diga-se em abono da verdade.

Vir a terreiro declarar que as Forças Armadas estão desajustadas em equipamento e recursos humanos em relação aos compromissos assumidos no plano da NATO, revela compromissos assumidos à revelia da Constituição da República Portuguesa, onde no artigo 7.º na sua alínea 2 se estipula categoricamente: «2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.»

Consultando a página oficial do ministério da Defesa Nacional, podemos constatar que os últimos dados estatísticos disponíveis datam de 2016: nestes seis anos tendo havido actividade, como todos sabemos, ela não transparece em números como era habitual nos Anuários Estatísticos da Defesa Nacional: porquê?, é uma incógnita a esclarecer por quem transitou da pasta da Defesa Nacional para a dos Negócios Estrangeiros.

### Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Talvez os dados ali contidos, revelando à saciedade os custos do precioso Serviço Público prestado anualmente pelas Forças Armadas a custos muito baixos, sendo revelados, podem constituir um tomar de consciência nacional e um factor de resistência ao desinvestimento nas suas Forças Armadas, nomeadamente em recursos humanos.

Só para exemplificar, num estudo realizado com base no Anuário Estatístico de 2016, último disponível, chegou-se às seguintes conclusões:

Concluíamos então em 2009: «Portanto 2,88€/dispositivo/hora terá sido quanto o País investiu no pessoal que faz funcionar num dispositivo 24 horas por dia, todos os dias do ano, em quaisquer condições e cobre uma gama de serviços públicos que vão desde:

- O transporte de titulares de Órgãos de Soberania e Organismos oficiais, à abertura de caminhos e construção de pontes no País e no estrangeiro;

- Da segurança e navegabilidade nos

espaços, marítimo e aéreo, até à salvaguarda da vida no mar (de 2003 a 2006 só a Marinha salvou em média 1.949 vidas/ano), e à evacuação de doentes e sinistrados, às centenas por ano;

- Da fiscalização de embarcações, cujas coimas e apreensões revertem para o Estado, até actividades culturais como a manutenção e disponibilização a centenas de milhares de alunos do Aquário Vasco da Gama, do Planetário, dos Museus, à manutenção e preservação de um vasto conjunto de edifícios históricos;

- Do apoio ao Serviço Nacional de Saúde e ao Serviço Nacional de Protecção Civil, até à sinalização e farolagem das nossas Costas e Portos, e às investigações marítima e oceanográfica;

- Da cartografia marítima e terrestre, à vigilância dos portos e praias, para citar só uma parte do serviço público que o dispositivo presta diariamente, sem mais custos e com retornos directos, concretos e reais».

Com novas reduções de pessoal até ao ano de 2016 implicando por isso um aumento do custo Homem/hora, fazendo as mesmas contas concluímos então que:

«Façamos então contas aritméticas simples: 31.600 militares x 24 horas x 365 dias = 276.816.000 horas de disponibilidade do dispositivo; então podemos calcular que 922.770.441,6€/276.816.000 horas de disponibilidade do dispositivo = 3,33€ dispositivo/hora ao serviço de Portugal, todas as horas do dia e todos os dias do ano.»

É por isso que o discurso do ALM CEMA Gouveia e Melo zurzindo forte e feio em todos os seus homens e não só nos envolvidos em descatos numa discoteca lisboeta, pode aqui ter um efeito de ricochete, exigindo do actual Chefe do Estado-Maior-da-Armada uma tomada de posição do tipo da por si referida: «Lobos na selva e cordeiros em casa!». É o que se espera dos CEM: serem lobos em defesa dos seus homens, da Defesa Nacional e da CRP que juraram defender, cumprir e fazer cumprir, na selva das políticas lesivas do Centrão de Negociatas e Interesses, PS e PSD Apêndices, sempre em estreita aliança, unanimidade e colaboração no respeitante ao desinvestimento e degradação das nossas Forças Armadas.

Talvez na expectativa de aumentarem este nicho de negócios os dados estatísticos mais recentes estejam ocultos apesar de nesse sítio oficial da Defesa Nacional existir mesmo uma pasta titulada de Dados Abertos @ Defesa, também aí só estão abertos os de 2016, os restantes encontram-se fechados e não abertos: porquê?, pergunto de novo.

Portanto caros CEM, em especial o ALM CEMA, sejam Lobos na Selva política, é o que todos esperam de vós!

Domingos David' Pereira, em  
01ABR2022 ▲



# O (JÁ LONGO) FOLHETIM SOBRE O SUBSÍDIO DE INSULARIDADE!

No preâmbulo da proposta de lei à Assembleia da República sobre a atribuição de subsídio de insularidade, aprovada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM) nº 11/2022/M, em sessão plenária em 5 de Maio de 2022, e publicada na página 27 do Diário da República, 1ª série, nº 107 de 2 de Junho de 2022, refere-se que os princípios da solidariedade e da continuidade territorial consagrados na lei vinculam o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade distante, pois, na verdade, existem custos das desigualdades que a insularidade distante coloca a quem vive e trabalha nas regiões insulares portuguesas que justificam formas de compensação material que deverão ser da responsabilidade do Estado.

A insularidade distante comporta sobrecustos, na relação comparativa com o continente português, para o exercício das mesmas actividades, no acesso a bens e serviços, nem sempre fáceis de qualificar e muito menos de quantificar. De uma forma geral, o nível de preços dos bens necessários para o consumo atinge um nível de preços superior ao verificado no continente português.

Esta proposta de lei é em tudo idêntica a uma outra aprovada pela Resolução da ALRAM, nº 11/2021/M, em sessão plenária a 7 de Abril de 2021, e publicada na página 12 do Diário da República, 1ª série, nº 85 de 3 de Maio de 2021.

Também os militares das Forças Armadas em exercício de funções nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira há muito invocam, um mecanismo de compensação pelos maiores custos do que os exigidos para quem, exercendo as mesmas funções, reside no continente. reivindicando, justamente, o direito a receber o subsídio de insularidade.

Não obstante a necessidade de garantir um aumento geral dos salários, justifica-se, pois, que seja reconhecido o direito, também para estes servidores do Estado nas Regiões Autónomas, a auferirem suplementos remuneratórios de compensação pelos custos da insularidade distante.

Considerando que está em causa uma região insular distante e ultraperiférica, em que a distância e o isolamento tanto agravam, de forma permanente, a vida

de todos os trabalhadores da Região, reconhece-se que, face aos sobrecustos inerentes à insularidade distante, o subsídio de insularidade, sem que resolva cabalmente a multiplicidade de custos materiais e imateriais da insularidade, corresponde a um importante direito de todos os trabalhadores a auferirem suplementos remuneratórios de compensação por tais custos, universo em que naturalmente também se incluem os militares das Forças Armadas.

Há pouco mais de um ano, conforme notícia publicada a 11 de Março de 2021, da autoria da LUSA/Açoriano Oriental, a Assembleia Legislativa da Madeira aprovou, por unanimidade, a proposta de lei do PCP à Assembleia da República que determina a atribuição do subsídio de insularidade aos funcionários da Administração Pública nacional em serviço nas regiões autónomas.

Na notícia referia-se que o PCP quer que os funcionários judiciais e os elementos dos serviços e das forças de segurança da Administração Central em funções nas regiões autónomas tenham um subsídio de insularidade entre 140 e 200 euros anuais, consoante as remunerações que recebam, colocando-os em pé de igualdade com os seus congéneres da Administração Regional e da Administração Local.

“O objectivo é fazer justiça aos trabalhadores da Administração Central que desempenham funções na Região Autónoma da Madeira”, conforme explicou o deputado único do PCP e proponente da proposta, Ricardo Lume.

A deputada do PS Elisa Seixas classificou a proposta de “obviamente justa porque estes trabalhadores estão também sujeitos aos constrangimentos de insularidade”.

Para a deputada do PSD Sónia Silva, a proposta comunista “expõe uma situação de injustiça de há muito tempo”, tendo-a considerado “globalmente favorável” porque estes trabalhadores “também devem ser compensados”.

O presidente do grupo parlamentar do JPP, Elvío Sousa, também apoiou a iniciativa do PCP, chamando a atenção que “há que cumprir o princípio da igualdade”.

Lopes da Fonseca, responsável pelo grupo parlamentar do CDS, considerou

igualmente ser “uma proposta que faz todo o sentido”.

A proposta de lei do PCP pretende “garantir que sejam compensados, de forma material pelo Estado, os funcionários judiciais, os elementos dos serviços de segurança e das forças de segurança nas regiões autónomas por aqueles que são os custos estruturais e permanentes provocados pela insularidade distante”.

O subsídio de insularidade, da responsabilidade do Orçamento do Estado, é dirigido aos funcionários judiciais, aos elementos das forças de segurança (Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, Polícia Marítima e Corpo de Guarda Prisional) e dos serviços de segurança (Polícia Judiciária e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) em exercício de funções nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Atendendo a que os militares das Forças Armadas também são profissionais integrados na Administração Central do Estado e que também exercem funções nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, estranhámos e repudiamos a sua contínua e reiterada exclusão deste acto de justiça reconhecido, e bem, para outros. Pugnamos para que também aos militares das Forças Armadas, seja reconhecida a atribuição deste subsídio de insularidade.

Esta é uma luta que há muitos anos a Associação Nacional de Sargentos vem travando. Recorde-se que já em 2008, na sequência da publicação da Resolução da ALRAM nº 23/2007/M, em que se decidiu atribuir o Subsídio de Insularidade aos funcionários públicos e elementos das forças de segurança a exercerem funções na Região Autónoma da Madeira (RAM), e das mensagens de indignação e mal-estar que foram chegando aos dirigentes e delegados da ANS a prestar serviço na RAM, foi promovida a realização do IV Encontro Regional de Sargentos, no Funchal, a 19 de Janeiro de 2008. Na sequência deste Encontro, aquando das comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” na RAM em 2008, foi lançada uma petição, por iniciativa da ANS e do Núcleo da ANS na Madeira, em que dezenas de militares, particularmente Sargentos das Forças Armadas em serviço na RAM, peticionaram junto do Presidente da ALRAM, do Presidente do Governo Regional da

Madeira, do Presidente da Assembleia da República, do Ministro da Defesa Nacional e do Provedor de Justiça, no sentido de “atribuir, também, aos militares da RAM, o Subsídio de Insularidade, para poderem fazer face ao maior custo dos transportes, aquisição de bens essenciais e necessários para si e para o seu agregado familiar”.

As expressões de unanimidade e palavras de reconhecimento proferidas em 2021, o referido “objectivo de fazer justiça aos trabalhadores da Administração Central que desempenham funções na Região Autónoma da Madeira” porque estes cidadãos “estão também sujeitos aos constrangimentos de insularidade”, porque “é uma situação de injustiça de há muito tempo e, portanto, também devem ser compensados”, e porque “há que cumprir o princípio da igualdade” e ainda porque, afinal, “faz todo o sentido”, já deveriam abranger os militares das Forças Armadas que desempenham as suas missões de serviço nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores!

Infelizmente não foi esse (ainda) o entendimento! No entanto, continuamos a considerar que este tipo de proposta de lei deve também pretender contribuir para que sejam compensados os militares das Forças Armadas.

Os Sargentos de Portugal, congregados na sua associação representativa de classe continuarão a lutar por uma causa que defendem como justa e prosseguirão na procura dos meios e dos caminhos que permitam corrigir mais esta assimetria. Assim se juntem a esta causa outras entidades, civis e militares, que tanto usufruem do desempenho e disponibilidade dos militares e, por isso, deles não se devem esquecer quando as necessárias alterações legislativas se impõem!

Com este discurso de unanimidade proferido em 2021, agora reiterado pela Resolução da ALRAM nº 11/2022/M, e quando tanta gente clama pelos militares para as mais diversas missões, não queremos acreditar que aqueles que juraram, com o sacrifício da própria vida se necessário, cumprir e fazer cumprir as leis da República e guardar a Constituição da República Portuguesa (onde se integra, entre outros, o princípio da igualdade), fiquem esquecidos ou sejam, pura e simplesmente, excluídos! ▲

**Nota da Redacção** – Este é o texto do ofício enviado pela ANS, em 2 de Junho de 2022, para o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (ALRAM), que em 8 de Junho acusou a recepção e informou que “foi dado conhecimento do mesmo aos Senhores Deputados”.

Posteriormente foram enviadas cópias deste mesmo ofício para: Presidente da República, Ministra da Defesa Nacional, Presidente da Comissão de Defesa Nacional (com solicitação de distribuição de cópia aos deputados que integram a CDN), CEMGFA, CEME, CEMA e CEMFA.





## Audiência com a Ministra da Defesa Nacional

### HELENA CARREIRAS RECEBE ANS

A Ministra da Defesa Nacional recebeu a delegação da ANS no passado 25 de Maio. Mais do que apresentar cumprimentos, mais do que expor as aspirações e propostas de resolução que temos para os problemas que afectam os Sargentos de Portugal, sobejamente conhecidos do seu Gabinete, os dirigentes presentes na audiência estiveram mais interessados em saber das propostas que Helena Carreiras tem para melhorar a vida depauperada das mulheres e homens que servem ou serviram nas Forças Armadas.



A Ministra recebeu Lima Coelho (Presidente da Direcção), Carlos Colaço (Vice-presidente), Norberto Mateus (Vice-presidente) e Luís Bugalhão (Presidente AG), acompanhada de dois assessores, uma civil e um militar, e começou por dizer que está muito interessada no diálogo e que a participação das Associações Socioprofissionais de Militares (APM) é para ela uma questão de princípio em tudo o que for possível e quando for possível. Como linhas orientadoras da sua relação com as APM quer seguir as da negociação (!) e/ou conciliação.

Quanto às políticas, começando por dizer que seria uma exposição longa, explicou que há medidas para este mandato. Essas medidas estão inscritas no programa do Governo, e agora há que levá-las à prática. Sendo a Defesa mais do que apenas as Forças Armadas, há que focar-se mais sobre elas, valorizando as pessoas (?) e inovando ao nível dos equipamentos (com conceitos como 'duplo uso' e 'valorização da indústria de defesa'). Afirmou mesmo que a valorização dos recursos humanos e equipamentos são duas prioridades.

Questões concretas:

**Promoções** – tem de passar a ser assim, isto é, as promoções serem feitas na data a que respeitam (relembra-se que semanas antes tinha havido uma 'torrente' de promoções, devidas algumas há meses, e que inundaram as notícias dos

media com o tema das 'Promoções de Militares'). Saúda-se a eventual e futura justiça elementar.

**Plano para a profissionalização** – 30 medidas (a grande maioria por cumprir com anos de atraso) merecerão especial atenção: as medidas para a qualificação (!) e incentivos para a vida civil. Pode perguntar-se: e a qualificação e incentivos para quem fica nas fileiras? A senhora Ministra não referiu na sua intervenção.

**Remunerações** – essa matéria tem de ser vista no contexto geral do país, requerendo uma articulação com todas as áreas da governação. Para este ano de 2022 não será. Gostaria que fosse em 2023. Vamos ver como resultam as políticas definidas, até porque há trabalho já feito, através do Orçamento de Estado (?), da Lei de Programação Militar (?), na Lei de Infraestruturas Militares (?), e se isso será acomodável já para o próximo OE.

A ANS pôde então dizer ao que ia. Começando por saudar a disposição para o diálogo com as APM, consideramo-lo fundamental. E tanto é assim, que a Lei obriga a que esse diálogo exista e seja efectivo. Acontece é que sucessivos responsáveis de Governos e de maiorias na Assembleia da República, não respeitam, nem cumprem a Lei. O foco da Associação são as pessoas, os homens e mulheres Sargentos, os que sofrem na pele o que é sê-lo. E por isso não se podem tolerar as injustiças que lhes têm sido feitas ao longo de décadas. A questão retributiva é ponto de ordem. Sem uma revisão justa e que não permita mais a diferenciação de tratamento entre pares, que as pessoas, o nosso foco, sentem actualmente, nada mais se poderá construir de frutífero. Os vencimentos dos Sargentos são questão fundamental. A ANS entregará uma proposta de Revisão do Regime Remuneratório dos Sargentos que pretende ver considerada aquando da elaboração do Orçamento de Estado para 2023.

E é por isso que o caminho será em direcção aos direitos de representação em contencioso, em sede de negociação colectiva, de diálogo social efectivo, com vínculos, enfim, em direcção ao sindicalismo militar.

É que o Plano para a profissionalização está a falhar rotundamente, ou antes, não está a ser cumprido. E os problemas com os vencimentos não são os únicos. Nem são apenas os que existem dentro dos quartéis: há-os com a assistência na doença, na assistência social complementar; no HFAR...

Foi uma audiência que decorreu em tom amigável e cordial. A Ministra tinha agenda atrasada e já havia sido dito o essencial. De parte a parte. Vamos ver o que o futuro trará. Uma coisa vai manter-se: a ANS estará na primeira linha do combate!

Luís Bugalhão ▲

## Audiência com o CEMA

### GENERAL CARTAXO ALVES RECEBE A ANS

A ANS foi recebida pelo Chefe de Estado-Maior da Força Aérea no passado dia 4 de Abril de 2022. Acompanhado dos seus assessores (nos quais se incluía o nosso camarada SMOR Jorge Sousa, assessor para a Categoria de Sargentos), o GEN Cartaxo Alves recebeu uma delegação composta por Lima Coelho (Presidente da Direcção), Carlos Colaço (Vice-presidente), Norberto Mateus (Vice-presidente) e Luís Bugalhão (Presidente AG).



Nas reuniões preparatórias para esta audiência haviam sido elencados vários temas a abordar, uns de âmbito mais associativo e outros mais concretos, relacionados com o ramo Força Aérea. A ANS teve oportunidade, numa reunião muito cordial e produtiva (no sentido em que alguns dos assuntos ao nível da responsabilidade do CEMFA já sofreram evolução), de apresentar a maioria deles.

Sendo a ANS cada vez mais respeitada como parceiro responsável, quer junto do poder político quer das Chefias, ela desempenha um papel fundamental no apoio à difícil arte de comandar. Ao tomar em mãos a tarefa de representar os Sargentos na resolução dos seus problemas socioprofissionais, uma tarefa legalmente estatuída, assume um papel de complementaridade, com a chefia militar, mais liberta para a questão operacional, a única que, legalmente, lhe compete. É esse o papel que a ANS quer manter com a Chefia da Força Aérea.

Nessa relação de diálogo franco, e na busca da resolução de problemas, a ANS trouxe para cima da mesa, e sem sermos exaustivos, assuntos de âmbito associativo:

- **Sistema remuneratório** obsoleto e elitista a necessitar de revisão profunda no que respeita aos Sargentos;

- **RAMMFA**, um acrónimo de mau significado para a coesão e para a disciplina nas Forças Armadas. Urge cumprir a resolução da Assembleia da República de rever, com as Chefias e ouvidas as APM, este Regulamento gerador de injustiças profundas;

- **Atractividade** que permita melhorar os números, quer do Recrutamento, quer da Retenção. Ora colocar Sargentos em escalas de serviço de Praças, por escassez de recursos humanos não resolve os problemas de recrutamento, nem contribui para a retenção. Promover com meses de atraso os Furriéis em Regime de Contrato ao posto de Segundo-Sargento também não;

- **Promoções**. Porque continuam as promoções a ser adiadas meses, mais de um ano por vezes, à espera de um despacho que já não é necessário? Importa que os Ramos façam o seu trabalho de casa, cumprindo os prazos estabelecidos na Lei, por forma a que, no futuro próximo, não haja mais atrasos escandalosos nas promoções, altamente lesivos das famílias dos Sargentos de Portugal.

No que respeita ao ramo Força Aérea, foram, por exemplo, comunicadas ao seu CEM um conjunto de denúncias sobre problemas, quer no que respeita a infraestruturas que propiciam as condições básicas de vida, quer sobre dificuldades, por exemplo, no fornecimento de Equipamento de Protecção Individual. Também abordados foram assuntos relacionados com distribuição de vagas, com o regulamento das escolas formadoras de Sargentos, que no caso do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea que deixou omissa a graduação de instruídos, etc.

Como acima se diz, alguns dos assuntos debatidos nesta reunião já conheceram evolução. Isso deve-se à boa nota tomada pelo CEMFA e seus assessores durante toda audiência. Serão necessárias mais, eventualmente, para que o diálogo seja um meio de alterar o estado de incumprimentos vários da Lei, como se verifica com a não integração das APM nos diversos grupos de trabalho que neste momento estão a trabalhar em matérias do foro eminentemente socioprofissional. Também isto foi abordado. Só colaborando, poderão as Chefias e as APM contribuir para essa alteração.

Luís Bugalhão ▲



## CERIMÓNIA DO DIA DO COMBATENTE

### 104º Aniversário da Batalha de La Lys

No decurso da 1ª Guerra Mundial (1914 – 1918), o Exército Português participou neste conflito com o “Corpo Expedicionário Português” (CEP). No dia 9 de Abril de 1918 o CEP é submetido a uma enorme ofensiva por parte das forças alemãs, causando muito mortos, feridos e desaparecidos entre as tropas portuguesas. Este trágico dia ficou conhecido como a Batalha de La Lys.

Nesta data, 9 de Abril, a Liga dos Combatentes celebra anualmente o “Dia Nacional do Combatente”, data evocativa da Batalha de La Lys, onde são lembrados e homenageados todos os militares e combatentes que tombaram ao serviço de Portugal.

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) fez-se representar pelo Presidente do Conselho Fiscal, Mário Pereira, na cerimónia que decorreu no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha.

As comemorações iniciaram-se com uma Eucaristia, na Igreja do Mosteiro, celebrada pelo Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança, D. Rui Valério, onde foram evocados todos os combatentes que deram a vida em defesa da Pátria.

Seguiu-se a tradicional parada militar no exterior do Convento, presidida pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa, estando também presente a Ministra da Defesa Nacional (MDN), Helena Carreiras, acompanhada pelo Secretário de Estado da Defesa. Estiveram igualmente presentes os quatro chefes militares (CEMGFA, CEME, CEMA e CEMFA), entre muitas outras entidades militares e civis convidadas.

O Presidente da República recebeu as honras militares e passou revista às forças em parada, constituídas pela Banda do Exército, o Estandarte Nacional e três Companhias, uma de cada ramo. No decorrer da revista foram executadas 21 salvas de Artilharia.

Seguiram-se os discursos, primeiro pelo Presidente da Liga dos Combatentes, com destaque para a necessidade do novo governo implementar as normas legislativas que valorizem o “Estatuto do Combatente, um documento verdadeiramente histórico, e de reconciliação entre os Combatentes e o Estado”, em especial que se concretize “o aprofundamento do apoio aos mais desfavorecidos desenhando de forma coordenada com o SNS o acesso dos antigos combatentes ao Hospital das Forças Armadas, bem como o redimensionamento da Rede Nacional de Apoio. Importante, porém, para os Combatentes é a Revisão do Suplemento especial de pensão e do Acréscimo Vitalício de Pensão isentos de IRS, bem como o apoio à Saúde, nomeadamente médico e medicamentoso”.

Seguiu-se a intervenção da MDN, onde referiu a necessidade de se “aprovar, a breve trecho, um novo conceito estratégico de defesa nacional, a par com a actualização estratégica em curso, também na União Europeia e na NATO, e reforçar progressivamente o investimento em defesa”. Referiu a intenção de reforçar a operacionalidade das Forças Armadas, assegurando a manutenção e modernização das capacidades e equipamentos, e “apostando em programas de efeito multiplicador, passíveis de duplo uso e que criem a riqueza para a economia nacional”. Também a necessidade desse reforço deve passar “pelo investimento nas pessoas” e pela “dignificação da condição militar, atraindo mais jovens para as Forças Armadas e proporcionando a todos os militares melhores condições de serviço” e “esta valorização das nossas Forças Armadas deve ser acompanhada por maior abertura e diálogo com a sociedade. As pessoas têm que conhecer melhor as Forças Armadas e as Forças Armadas têm que conhecer melhor a sociedade que defendem”.



O Presidente da República fez o discurso de encerramento da cerimónia, onde afirmou a necessidade de “se dar ainda mais força às Forças Armadas, de forma a prevenir e construir a Paz”, destacando que “todos devem trabalhar pela Paz. Trabalhar pela Paz é criar mais justiça, mais crescimento económico, menos pobreza e menos desigualdades, mas é também prevenir a Paz fortalecendo e prestigiando as Forças Armadas”. Defendeu a criação de melhores condições para os combatentes de hoje, pois “se queremos ter combatentes pela Paz, hoje, então criemos condições para eles. Essa é uma escolha do País, não é a escolha de um governante ou de uma governante”. Afirmou, ainda, que este era o momento de se “agradecer também aos combatentes das Forças Nacionais Destacadas, na Bósnia, no Kosovo, no Afeganistão, na Somália, no Golfo da Guiné, no Mali e na República Centro-Africana, nós continuamos a ter combatentes e, às vezes, nós como Pátria, esquecemo-nos deles”.

Todas estas palavras de elogio e reconhecimento dos militares e das Forças Armadas, por parte da tutela política, MDN, e Comandante Supremo das Forças Armadas, são muito agradáveis de ouvir, mas não têm passado disso mesmo, palavras ou discursos de circunstância que não levam a qualquer concretização na reso-



lução dos díspares problemas existentes, na valorização e reconhecimento efectivo dos militares e no investimento objectivo e real nas Forças Armadas!

Após o desfile das Forças em parada, seguiu-se a cerimónia de homenagem na Sala do Capítulo, com a deposição de coroas de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, pelas Associações de Combatentes, Entidades Cívicas e Militares, Adidos de Defesa de países amigos, terminando com uma coroa de flores colocada pelo Presidente da República. A ANS fez também a deposição de uma coroa de flores no túmulo do Soldado desconhecido.

A cerimónia encerrou com a Banda do Exército, no jardim do Claustro do Mosteiro, a entoar o Hino Nacional.

Mário Pereira ▲





## 48º aniversário do 25 de Abril

### DIA DA LIBERDADE. CELEBRAÇÃO E LUTA

No primeiro aniversário da Revolução dos Cravos depois de mais tempo passado em democracia do que em ditadura, a ANS cumpriu um vasto programa, leia-se presença, organização, solidarização, para celebrar estes 48 anos passados sobre aquela madrugada libertadora. Assim, e de modo cronológico:

#### Almoço dos Clubes e APM



Em 2020, quando começou o confinamento, os clubes e APM estavam já a organizar com a Câmara Municipal do Seixal o tradicional almoço de comemoração da Revolução de Abril. Dois anos depois, a comissão liderada (rotativamente) pelo Clube de Praças da Armada (CPA) retomou esses contactos, que vieram, contudo, a revelar-se improdutivos. Surgiu então a ideia de realizar o evento nas instalações do CPA, recentemente remodeladas, pois permitiriam reunir a centena de convivas (ainda havia restrições de espaço, foram distribuídas 20 inscrições a cada uma das organizações, CSA, CPA, ANS, AOFA, AP) em segurança e ajudava a actividade do CPA.

Assim se fez, tendo a alocação de fundo sido proferida pelo Primeiro-Tenente Florindo Paliotes, na sua condição de Militar de Abril (e por, por exemplo, enquanto membro activo da CDAP - Comissão Dinamizadora do Associativismo das Praças), convidado que foi pelas Associações e Clubes Militares neste almoço comemorativo do 48º aniversário do 25 de Abril. Essa alocação foi pontuada pela memória daqueles dias, mas também pelo recuo, actualmente em curso, nas conquistas

democráticas que Abril nos trouxe. Momento alto da intervenção foi quando interrompeu a intervenção para que se ouvisse, e cantasse, a senha do 25 de Abril, a 'Grândola Vila Morena', de José Afonso, retomando de seguida o seu discurso.

O almoço foi coroado com a actuação do grupo de percussão de Almada Porbataka.

A ANS participa há anos numa festa popular de comemoração do 25 de Abril da sua área de residência, em Lisboa. Com a antiga sede situada na rua Barão de Sabrosa, começou-se a fazê-lo ainda no tempo da freguesia de São João, integrando logo a Comissão promotora das comemorações populares do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. Este ano fê-lo pela última vez, despedindo-se assim duma Comissão que integra associações, juntas de freguesia, clubes socio-recreativos, forças políticas de diversas orientações, todas organizações e entidades de algum modo ligados à zona oriental de Lisboa. Este ano, pela primeira vez depois do alívio das restrições da pandemia, retomou-se o figurino tradicional, com uma festa com momentos de cultura e intervenção, na

#### Comemorações populares da Paiva Couceiro



Praça Paiva Couceiro, na, agora, freguesia da Penha de França.

Um dos objectivos da ANS, secundário, mas nem por isso menos importante, é o da real inserção popular, o da boa vizinhança, com as organizações, oficiais ou de iniciativa popular, do local em que está sedeadada. Por maioria de razão o fez durante estes largos últimos anos, quando o que estava em questão era celebrar o Dia da Liberdade. A ANS esteve presente com uma banca conjunta com a ACR – Associação Conquistas da Revolução, tendo igualmente participado na organização e condução prática da festa. Muitos dos amigos e camaradas presentes naquela tarde de 24 de Abril, e que cantaram a plenos pulmões a Grândola, virámos a encontrá-los no dia seguinte, no desfile da Avenida da Liberdade.

da República Portuguesa de 1976 (CRP), são ainda as balizas de justiça social que conduzem todos os que desfilam naquele dia, por aquele motivo. E apesar dos ataques que essa mesma conquista de Abril, a CRP, tem sofrido, a ANS, tal como as outras APM, estará sempre do lado da defesa da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos dos cidadãos portugueses, nos quais se incluem, especiais, os dos Cidadãos e Trabalhadores em Uniforme. Neste 48º aniversário do 25 de Abril, a ANS, juntamente com a AOFA e AP, desfilaram em nome desses valores máximos, que juramos defender até ao sacrifício supremo. Mas desfilaram também para que se continuem a abrir novos caminhos de cidadania. A legislação que estatuí sobre a actividade associativa é descaradamente desrespeitada; há que passar para

#### Desfile na Avenida da Liberdade



É o evento simbólico das comemorações do Dia da Liberdade. É o local onde todos convergem, o desfile que todos realizam, os valores que todos celebram: a Avenida constitui-se como a prova de que os valores de Abril estão vivos. Esses valores, vertidos de forma reconhecidamente progressista na Constituição

patamares novos, mais efectivos, no associativismo socioprofissional; os patamares permitidos a todos os cidadãos em todas as actividades; os patamares do sindicalismo militar. As APM, sintomaticamente ao lado da ASPP – PSP e integradas no seio de organizações sindicais na ordem do desfile, também desceram a Avenida por esses direitos. Para que Abril também se cumpra por essa via, ainda que à custa da queda de algumas 'vacas sagradas'.

Para o ano é o 49º aniversário. As entidades oficiais já anunciaram com pompa e circunstância o início das actividades comemorativas do meio centenário da Revolução, em 2024. A ANS, nestes próximos dois anos, compromete-se a manter a luta pelos direitos dos Sargentos e suas famílias, a manter os valores da CRP como bússola dos destinos do nosso país, a participar activamente na construção de uma melhor cidadania para todos... e a desfilarmos na Avenida. P'ró ano e em 2024.

Luís Bugalhão ▲



## COMEMORAÇÕES DO DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

**Braga** - No âmbito das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas decorreu na Avenida da Liberdade, na cidade de Braga a cerimónia militar das Forças Armadas.

A cerimónia, presidida pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa, contou ainda com a presença de altas entidades militares, governamentais e civis.

Após as respectivas honras militares, seguiram-se as intervenções do Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, Professor Doutor Jorge Miranda, assim como do Presidente da República.

A cerimónia, em que houve o sobrevoo de meios aéreos, culminou com o desfile militar de onde se destacam as bandas e batalhões dos três ramos das Forças Armadas, bloco de Estandartes Nacionais, batalhões de ensino da Escola Naval, Academia Militar, Academia da Força Aérea e das Escolas de Formação. Desfilaram ainda forças equipadas para combate, desfile de força a cavalo e desfile da força motorizada.

A Associação Nacional de Sargentos fez-se representar pelo Vogal da Direcção, Joaquim Rebelo Torres, acompanhado pela esposa. De ressaltar a excelente recepção no local da cerimónia e tratamento para com a nossa Associação.

Joaquim R. Torres ▲



**Lisboa** – numa iniciativa organizada e promovida pela Comissão Executiva para a Homenagem Nacional aos Combatentes 2022, decorreu também no dia 10 de Junho, em Belém, junto ao Monumento aos Combatentes, uma cerimónia que na abertura contou com uma intervenção do Presidente da Comissão Executiva, TGen Manuel Bação da Costa Lemos, tendo lido de seguida uma mensagem do Presidente da República.

Depois do discurso feito pelo orador convidado, Prof. Dr. Humberto Nuno de Oliveira, teve lugar a cerimónia inter-religiosa católica e muçulmana, seguindo-se a homenagem aos mortos, e procedeu-se depois à deposição de coroas de flores pelas entidades presentes. A ANS que esteve representada pelo presidente da Direcção, Lima Coelho, fez a deposição de uma coroa de flores.

A cerimónia terminou com o Hino Nacional executado pela Banda da GNR e cantado pelo Coro Infantil da Casa Pia, enquanto no Tejo, um navio da Armada Portuguesa executava as respectivas salvas.

Posteriormente deu-se o sobrevoo por um helicóptero da Força Aérea Portuguesa, fez-se a passagem final pelas lápides e houve saltos de Para-quedistas do Exército para o relvado junto à Torre de Belém. A homenagem terminou com um almoço-convívio nos terrenos frente ao Monumento. ▲



## 125ª Assembleia-Geral da EUROMIL na Eslováquia

A 29 de Abril de 2022, a EUROMIL realizou a 125ª Assembleia Geral (ex-Presidium) em Trenčín, Eslováquia, sendo anfitriã a associação ZVSR.



O Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, abriu os trabalhos dando as boas-vindas aos presentes e reiterando o mandato da organização para alcançar melhores direitos sociais para todos os trabalhadores, em particular os cidadãos trabalhadores em uniforme. Salientou como o passar do tempo não levou necessariamente a uma mudança para melhor. Recordando a última reunião da EUROMIL na Eslováquia, em 1993, E. Jacob chamou a atenção para as questões daquela época que incluíam uma declaração do então membro ucraniano da EUROMIL apelando

à democracia na Rússia. Além disso, E. Jacob destacou da acta de 1993 a situação irlandesa, em que a PDFORRA (associação irlandesa de Sargentos e Praças) foi proibida de se filiar na Confederação Irlandesa de Sindicatos - uma questão que ainda hoje está em curso, fazendo repetidos esforços para se alcançar esta mudança.

O representante da ZVSR, Jan Paulech, proferiu uma saudação em nome da associação eslovaca e apresentou o Conselheiro de Estado do Departamento de Recursos Humanos do Ministério da Defesa eslovaco, Pavel Czirik, que deu

uma visão detalhada da sua pesquisa de doutoramento sobre o “Conceito de cuidados para militares profissionais e reformados e suas famílias”.

De acordo com a ordem de trabalhos, deu-se a aprovação da associação italiana ITAMIL, com estatuto de observador. A ITAMIL é uma associação italiana fundada em 2020 com mais de 1000 membros do exército italiano, tendo representantes presentes em quase todos os quartéis do exército italiano.

A reunião prosseguiu com a apresentação dos relatórios nacionais dos membros da EUROMIL, seguida de reuniões regionais em que os membros presentes das várias regiões se puderam reunir para discutir questões comuns. Os participantes na assembleia geral acordaram numa declaração conjunta de apoio ao

povo ucraniano.

A reunião terminou com a apresentação e posterior discussão sobre os “instrumentos úteis” à disposição e que a EUROMIL pode utilizar para apoiar os seus membros na procura de mais e melhores direitos para os militares nos seus respectivos países. Entre estes “instrumentos úteis” incluiu-se a Carta Social Europeia e a capacidade da EUROMIL apresentar queixas, em nome dos seus membros, ao Comité Europeu dos Direitos Sociais, aliás, um processo que já foi utilizado em nome dos membros irlandeses e portugueses. Fazem também parte desses mecanismos a Revisão Periódica Universal e o Diálogo Social Europeu.

A 126ª Assembleia Geral está prevista para Outubro de 2022, em Berlim. ▲



## Debate em Paris - Segurança e Saúde – A implementação da DTT nas Forças Armadas



Na quarta-feira, 25 de Maio de 2022, a EUROMIL realizou uma conferência de um dia sobre segurança e saúde nas forças armadas e a implementação da Directiva sobre o Tempo de Trabalho (DTT). Os oradores no evento foram Stefaan van der Jeught, do Tribunal de Justiça Europeu; Aïda Moumni, advogada especializada em direitos militares, com escritório em Paris; Claes-Mikael Stahl, Secretário-Geral Adjunto da Confederação Europeia de Sindicatos (CES); Jean Paul Claeys, Tenente-General do Ministério da Defesa belga; e Ulf Häußler e Kathrin Geyer do Ministério da Defesa alemão.

A conferência, que teve lugar no espaço de congressos da União Internacional dos Caminhos de Ferro, em Paris, próximo da torre Eiffel, reuniu cerca de 50 delegados de organizações membros da EUROMIL, permitiu uma discussão aberta e envolvente sobre as realidades da segurança e saúde nas forças armadas decorrentes das restrições enfrentadas pelo pessoal militar no âmbito de regulamentos como a DTT.

Stefaan van der Jeught abriu a sessão com uma visão geral da decisão do Tribunal de Justiça Europeu no processo C-742/19 sobre a definição de “tempo

de trabalho” e a declaração do tribunal de que os militares não são automaticamente excluídos de regulamentos como a DTT em virtude de pertencerem às forças armadas. Esta apresentação alimentou a discussão sobre a situação em toda a Europa, em particular em França, e permitiu a Aïda Moumni dar um relato pormenorizado da evolução da situação no país e da abordagem legalista mais “ofensiva”.

Os participantes ouviram então Claes-Mikael Stahl, apresentando uma perspectiva sobre o assunto por parte da CES, dar uma visão particularmente interessante sobre as percepções da DTT e como esta tem sido controversa desde as suas origens, mas que apesar disso, a posição da CES é que não deve ser reaberta, mas que as lacunas devem ser colmatadas para que a Directiva seja aplicada a todos os trabalhadores, mesmo os trabalhadores em uniforme.

Foram então dadas perspectivas do ponto de vista dos respectivos países pelo Tenente-General Jean Paul Claeys e por Ulf Häußler e Kathrin Geyer que orientou a discussão na sessão seguinte, centrando-se nos testemunhos das experiências de algumas das associações membros da



EUROMIL de Chipre, Dinamarca, Irlanda, Grécia e Espanha.

A conferência foi então encerrada por Ger Guinan, Secretário Geral da PDFORRA e membro da Direcção da EUROMIL, nomeado para este efeito, que destacou as principais lições aprendidas na sessão, bem como as ferramentas que poderão ser utilizadas para preparar o caminho para um futuro melhor para o pessoal militar em toda a Europa. ▲



## Última Reunião Regional do Projecto Conjunto sobre os Direitos Sindicais dos Trabalhadores dos Serviços Públicos

Nos dias 10 e 11 de Maio de 2022, a EUROMIL, a EPSU e a EuroCOP realizaram a quinta e última reunião regional como parte do projecto de reforço e protecção dos direitos sindicais no sector público. Esta reunião seguiu a estrutura semelhante à das reuniões anteriores, focando a sua atenção na situação na Irlanda, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Áustria e Alemanha, bem como, em menor medida, no Reino Unido.

Tal como nas reuniões anteriores, as apresentações suscitaram um debate profundo entre os participantes e permitiram partilhar experiências, apesar das suas diferentes origens.

A primeira sessão desta reunião de dois dias foi aberta com uma visão geral das limitações impostas aos funcionários dos países em análise feita por Alexander De Becker, da Universidade de Ghent. De Becker salientou que, neste grupo particular de países, a Irlanda é um país mais isolado nas limitações impostas aos membros das forças armadas no sentido de formarem e aderirem a sindicatos, uma vez que os outros países não têm proibições a este respeito. No entanto, salientou que os sistemas em vigor para a negociação colectiva diferem entre os países, dependendo do seu contexto, e dependendo se os trabalhadores pertencem aos grupos profissionais “funcionário

público”, “forças armadas”, ou “polícia”.

Na sequência desta apresentação, os participantes tiveram a oportunidade de partilhar as suas experiências sobre as limitações e proibições nos seus países. Os participantes salientaram que o Conselho Europeu propôs a alteração da definição de negociação colectiva de modo a incluir uma frase segundo a qual as negociações deveriam terminar num acordo colectivo.



A sessão do primeiro fechou com uma apresentação de Nadja Salson, da EPSU, sobre o diálogo social sectorial na UE e se este mecanismo pode não só proteger os direitos sindicais como conseguir novos direitos. Nadja Salson salientou o “esvaziamento” do diálogo social desde 2012, incluindo o facto de um grande atraso ter sido o número muito baixo de acordos entre parceiros sociais. Foi também dada atenção ao processo da EPSU contra a Co-

missão Europeia, cujo julgamento infelizmente deixou muita incerteza jurídica na sua esteira e, em última análise, confere à Comissão demasiado poder.

Os passos seguintes podem incluir um regresso à base dos projectos se a Comissão continuar a ignorar as exigências e a necessidade de mudar a relutância dos empregadores em apoiar acordos juridicamente vinculativos. Importante para os membros da EUROMIL é a intenção de aumentar a representação nos comités de diálogo social sectoriais da UE e incluir a polícia e as forças armadas.

A sessão do segundo dia começou com outra apresentação de Nadja Salson mas agora versando o tratamento dos trabalhadores dos serviços públicos nas directivas sociais europeias com referência específica à Directiva sobre Condições de Trabalho Transparentes e Previsíveis no contexto do grupo de países em análise.

Tal como em reuniões anteriores, fez uma recapitulação e uma panorâmica da directiva e centrou-se no potencial de exclusão de certos sectores de trabalhadores das suas competências. Mais importante ainda, delineou medidas práticas que podem ser tomadas pelos participantes nos seus países, incluindo medidas no sentido de garantir que o governo envolva os sindicatos na transposição da directiva; para colaborar com eles no sentido de pôr

termo à utilização de isenções; e para salientar que quaisquer isenções devem ser tão limitadas quanto possível e baseadas em fundamentos claros, transparentes e objectivos. Nadja Salson identificou também o relatório do grupo de peritos disponível em inglês que documenta argumentos úteis que podem ajudar a prevenir ou, pelo menos, limitar o âmbito de quaisquer potenciais isenções.

Carlos Carrion-Crespo, da Organização Internacional do Trabalho, fez uma apresentação sobre os direitos laborais nos serviços públicos e a Convenção 151 da OIT. Deu uma ampla panorâmica da situação a nível mundial no que respeita à ratificação e implementação da Convenção 151 e focou a atenção na situação específica dos agentes policiais. É importante notar que a Convenção 151 foi destacada como sendo um recurso um pouco inexplorado para os membros das três organizações promotoras destas reuniões. Contudo, a EUROMIL decidiu explorar opções relativas à utilidade da Convenção para alcançar mais direitos para o pessoal militar.

Este projecto conjunto iniciado em 25 e 26 de Maio de 2021, cujas reuniões de dois dias têm sido feitas essencialmente via videoconferências, terá a sua conclusão com uma conferência presencial em Skopje, na Macedónia do Norte, em Setembro de 2022. ▲

### Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios pro-

puserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for

o caso, para tomarmos uma decisão adequada. Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em [www.ans.pt](http://www.ans.pt) ou no Facebook em [www.facebook.com/ANSargentos](https://www.facebook.com/ANSargentos)

#### NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

#### ZONA NORTE:

#### ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA

#### ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO ([www.farmacias-progresso.pt](http://www.farmacias-progresso.pt))
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY
- FAZ UM “LIKE” NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM [WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos](https://www.facebook.com/ANSargentos)
- CONSULTA TAMBÉM [WWW.ANS.PT](http://WWW.ANS.PT)
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA [CONTACTO@ANS.PT](mailto:CONTACTO@ANS.PT)



## ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

24MAR – Reunião com Sargentos na sede. ANS representada por L.Coelho;  
 25MAR – Reunião vídeo entre as direcções das três APM. ANS representada por L. Coelho e L.Bugalhão;  
 28MAR – Reunião com Sargentos em Beja. ANS representada por L.Coelho e J.Galvão;  
 29MAR – Reunião com Sargentos na Vila Nova da Barquinha. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão e M.Pereira;  
 31MAR – Reunião com Sargentos RC (FAP) na sede. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;  
 31MAR – Reunião com Sargentos em Leiria/Monte Real. ANS representada por L. Coelho, J.Galvão e L.Bugalhão;  
 01ABR – Reunião vídeo com EUROMIL e as direcções das três APM. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;  
 01ABR – Reunião presencial (na sede) e vídeo do Secretariado da ANS;  
 03ABR – Cerimónia militar em Belém, alusiva ao Centenário da Travessia Aérea do Atlântico Sul. ANS representada por L.Coelho;  
 03ABR – Cerimónia de encerramento do XXIX Congresso do CDS-PP, em Guimarães. ANS representada por F.L.Silva;  
 04ABR – Audiência com o General CEMFA. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus e L.Bugalhão;  
 07ABR – 14ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial e vídeo;  
 09ABR – 104º aniversário e evocação da batalha de La Lys, no Mosteiro da Batalha. ANS representada por M.Pereira;  
 18ABR – Assembleia-Geral de apresentação de contas de 2021 e plano e orçamento para 2022, na sede da ANS;  
 19ABR – Reunião com Sargentos na sede. ANS representada por L.Coelho;  
 20ABR – Reunião com Sargentos e apresentação da ANS, na Base Aérea nº 1, em Sintra, a convite do Comandante. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus e L.Bugalhão;  
 21ABR – Reunião vídeo com EUROMIL, preparatória para a 5ª reunião regional de 10 e 11 de Maio. ANS representada por L.Coelho;  
 21ABR – Cerimónia promovida pela ASPP/PSP, alusiva ao 33º aniversário do episódio “secos e molhados”. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;  
 21ABR – Reunião vídeo da direcção da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;  
 22ABR – Jantar promovido pela ACR na Casa do Alentejo, comemorativo do 48º aniversário do 25 de Abril. ANS representada por L.Coelho;  
 23ABR – Almoço comemorativo do 48º aniversário do 25 de Abril, promovido por CSA, CPA, ANS, AOFA e AP. A organização esteve a cargo do CPA e o evento decorreu na sua sede, na Cova da Piedade, Almada;  
 24ABR – Comemorações do 48º aniversário do 25 de Abril da Zona Oriental de

Lisboa. O evento teve lugar na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;  
 25ABR – Manifestação e Desfile Popular na Avenida da Liberdade, em Lisboa, com a presença de delegações representativas das três APM;  
 27ABR – Funeral da SAJ INF Paraq Alexandra Serrano Rosa, no Entroncamento. ANS representada por M.Pereira;



28, 29 e 30ABR – 125ª Assembleia Geral da EUROMIL, em Trencin, Eslováquia. ANS representada por L.Coelho;  
 03MAI – Visita e Palestra de apresentação da ANS no Regimento de Artilharia nº 4, em Leiria, por iniciativa do SMOR Marques Alves, com o apoio do Comandante. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão e L.Bugalhão;  
 03MAI – Cerimónia de encerramento das comemorações do centenário do General Vasco Gonçalves, promovida pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão e A.Martins;



04MAI – 15ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial e vídeo;  
 07MAI – Cerimónias do 47º Aniversário do CSA, na Delegação nº 1, no Feijó. ANS representada por N.Bento e L.Bugalhão;  
 10 e 11MAI – Conferência Regional, via vídeo, sobre Direitos Sindicais na Europa, organizada pelas EPSU, EuroCOP e EUROMIL. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;  
 10MAI – Reunião com Sargentos na sede. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;  
 12MAI – Reunião com Sargentos, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho;  
 13 e 14MAI – Reunião de Trabalho e Palestra de apresentação da ANS com Sargentos em serviço em Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, numa iniciativa do núcleo local da ANS que esteve representada por L.Coelho;  
 17MAI – Cerimónias alusivas ao 48º aniversário da ADFA, na sua sede nacional. ANS representada por L.Coelho;  
 18MAI – Reunião com empresa de telecomunicações, na sede. ANS representada por N.Mateus;  
 19MAI – Reunião com Sargentos no Porto. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira,

F.L.Silva, J.Torres, L.Bugalhão, J.P.Leitão e R.Santos;  
 20MAI – A convite da “Frente Comum”, presença na manifestação. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e A.Martins;  
 21MAI – Concerto de Primavera da Banda Sinfónica do Exército, na Aula Magna, em Lisboa. ANS representada por M.C.Dias;  
 22MAI – Cerimónias alusivas às comemorações do Dia da Marinha, em Faro. ANS representada por N.Bento;  
 23MAI – Audiência com a Ministra da Defesa Nacional. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus e L.Bugalhão;



25MAI – Conferência promovida pela EUROMIL, em Paris, sobre a Directiva Europeia do Tempo de Trabalho (WTD – Working Time Directive), que Portugal ratificou. ANS representada por L.Coelho;  
 27MAI – Votação final do OE2022 na Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho;



27MAI – Exéquias fúnebres do SMOR FZ Marques dos Santos, em Vale do Zebro. ANS representada por R.Maricato e L.Bugalhão;  
 28MAI – Funeral do SMOR FZ Marques dos Santos, em Viseu. ANS representada por L.Bugalhão;  
 29MAI – Cerimónias alusivas ao Dia Internacional dos Capacetes Azuis, em Belém, Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



30MAI – Reunião com Sargentos na sede. ANS representada por L.Coelho, M.C.Dias e A.Martins;  
 02JUN – 16ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, presencial e vídeo;  
 03JUN – Reunião e almoço de trabalho entre dirigentes da ADFA e da ANS, na sua sede nacional, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho e J.Galvão;  
 04JUN – Apresentação de um livro na delegação nº1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Coelho;



06JUN – Conferência promovida pelo SCIF/SEF, nas instalações do ISCSF, na Ajuda, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;  
 08JUN – Reunião da Direcção (Board) da EUROMIL, em Dublin, República da Irlanda. ANS representada por L.Coelho;



10JUN – Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Braga. ANS representada por J.Torres;  
 10JUN – Cerimónia organizada e promovida pela Comissão Executiva para a Homagem Nacional aos Combatentes 2022, em Belém, Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

15JUN – Reunião com Sargentos na sede. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;  
 17JUN – Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar. Delegação da ANS composta por L.Coelho e N.Mateus;  
 21JUN – Reunião com Sargentos na sede. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;  
 21JUN – Reunião presencial (na sede) e vídeo do Secretariado da ANS;  
 25JUN – Cerimónias realizadas na Casa do Alentejo, em Lisboa, alusivas ao 33º aniversário da ANS e ao 31º aniversário do jornal “O Sargento”;  
 27JUN – Reunião, via vídeo, do condomínio do edifício da sede. ANS representada por L.Coelho;  
 28JUN – Reunião, via vídeo, do Conselho Consultivo do IASFA. ANS representada por L.Coelho;  
 30JUN – Seminário internacional, promovido pela EUROMIL, via vídeo. ANS representada por L.Coelho; ▲





## CELEBRAÇÃO NA CASA DO ALENTEJO

### 33º aniversário da ANS

### 31º aniversário do jornal O SARGENTO

A ANS tem como data oficial de fundação o dia 10 de Junho. Esse dia é sempre um dia muito ocupado com os vários eventos que tradicionalmente ocorrem. É por isso que nunca comemoramos a data, na data. Este ano foi decidido comemorar o 33º aniversário da Associação na Casa do Alentejo no passado dia 25 de Junho.



A comemoração foi alargada à do 31º aniversário do jornal “O Sargento”, cujo primeiro editorial data de 29 de Julho de 1888, mas que a ANS registou como sua propriedade em 1991, no centenário da Revolta do Porto de 31 de Janeiro 1891, Dia Nacional do Sargento. O primeiro número da segunda vida de “O Sargento” foi de Março/Abril de 1991.



Na presença de 27 representantes de entidades convidadas (das quais referimos, por exemplo, os SMOR assessores das quatro Chefias de Estado-Maior, as associações profissionais de militares e das forças de segurança, ou o movimento sindical), o Presidente da Direcção, António Lima Coelho, no seu discurso, fez um balanço breve das últimas três décadas de actividade associativa, e avançou rapidamente para as medidas a tomar para tratar um doente com diagnóstico feito há muito tempo. Com exemplos concretos de graves situações denunciadas pelos poucos que ainda vão ingressando nas Forças Armadas, com a demonstração de quão grave é o ataque às condições socioeconómicas e assistenciais dos Sargentos e das suas famílias, apontou o caminho futuro: a luta, a inevitabilidade da luta. E previu a necessidade de muita perseverança nos combates que se avizinham.



Numa cerimónia simples, seguiu-se um período para intervenções dos convidados após o que se passou ao momento musical. Marianna (nome artístico de Mariana Rocha, filha de um camarada ex-dirigente da ANS), nome emergente da música em Portugal,

brindou os presentes com temas seus e, em homenagem aos aniversários em comemoração, interpretou, a terminar a sua actuação, para surpresa de todos, o Hino da ANS.

O final, que permite sempre dar o cunho de ‘festa’ a estes eventos, foi selado com um ‘Alentejo’ de honra e corte de bolo.

Luís Bugalhão ▲

#### Presidente da EUROMIL saúda a ANS Intervenção de Emmanuel Jacob

Numa feliz coincidência de agendas, foi possível a Emmanuel Jacob estar presente na Casa do Alentejo, assim honrando a ANS e os Sargentos de Portugal. No ano em que comemora meio-século de existência, a EUROMIL teve como participante directo no seu trabalho dos últimos 30 anos, a nossa Associação. Pela importância estratégica para o movimento associativo, nacional e europeu, publicamos abaixo a tradução da intervenção do Presidente da EUROMIL.

“Caros amigos da ANS,  
Excelentíssimos Convidados  
Senhoras e Senhores

Tenho a honra e o prazer de vos trazer as saudações oficiais da Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares. Celebrar 33 anos não é evidente, mas os últimos anos não foram como habitualmente e por isso estou feliz por estar aqui convosco, por estar aqui entre muitos amigos. 33 anos de ANS, mas também 30 anos da ANS como membro da EUROMIL. Camaradas, percorremos realmente um longo caminho juntos.

A maioria dos meus discursos nas associações-membros começa com a apresentação da EUROMIL. Estou convencido de que isso não é necessário aqui na ANS. Todos sabem o que é e o que representa a EUROMIL. E acreditem, a EUROMIL sabe o que representa a ANS. Neste ano especial devo, no entanto, lembrar que dentro de algumas semanas, a EUROMIL celebrará o seu 50º aniversário. Fundada a 13 de Setembro de 1972 por oito associações militares de cinco países, a EUROMIL cresceu entretanto para ser a única organização europeia de cúpula representativa de militares. A única organização para a cooperação e troca de experiências entre militares profissionais europeus e para a promoção dos seus interesses profissionais e sociais. E, no entanto, mesmo depois de 50 anos, continua a ser um inferno diário lembrar e convencer os líderes políticos e por vezes ainda mais os líderes militares que os militares, que os cidadãos em uniforme são trabalhadores como todos os outros trabalhadores e merecem respeito e reconhecimento pelas suas tarefas e missões. E neste dia de festa devemos especialmente aqui em Portugal, aqui no coração de Lisboa, lembrar que há décadas atrás os militares devolveram a democracia à sociedade portuguesa. Estes dias fazem parte da vossa história e, como alguns de vós sabem, também fazem um pouco parte do meu passado.

Caros amigos,

É para mim e para a EUROMIL como um todo, totalmente inaceitável que em 2022 os militares de muitos estados membros da UE ainda não estejam autorizados a aderir a associações profissionais ou a sindicatos para melhorar a sua condição profissional e social, mesmo que tal seja um direito básico para todos os trabalhadores europeus, também para os trabalhadores em uniforme. Nós iremos, não, nós temos de continuar a nossa luta democrática para garantir que cada militar europeu possa beneficiar do direito fundamental de cidadão, que é o direito de se associar na defesa da sua condição social e profissional. E prometo-vos que um dia seremos bem-sucedidos na nossa missão.

Caros irmãos da ANS, talvez isto possa vir a acontecer mais cedo, como alguns aqui em Portugal desejam. Sabeis que, após acordo com as três associações portuguesas, a EUROMIL apresentou no ano passado uma queixa colectiva contra Portugal por não respeitar os artigos 5º e 6º da Carta Social Europeia, ao não dar aos militares, através das suas associações, o direito de negociação colectiva conducente a acordos colectivos vinculativos. Estamos convencidos de que ganharemos este caso. No entanto, meus amigos, isto não será o fim do caminho. Assim que tivermos o resultado, espero que seja para o fim do ano, ainda será necessária muita discussão, lobbying e convencimento dos políticos de que o resultado da queixa deve ser implementado. Por conseguinte, digo aqui alto e bom som que precisamos um do outro. Apenas de mãos dadas, com objectivos comuns e um compromisso claro e respeito mútuo, seremos bem sucedidos.

Temos de deixar claro que não há como voltar atrás. As forças armadas precisam de nós. As sociedades democráticas precisam de nós. Nós, enquanto militares, cumprimos o nosso dever para com a nossa nação e, entretanto, também para com a União Europeia. As nossas associações membros, por sua vez, recordam às suas nações e à UE os seus deveres para com os militares e as suas famílias.

A tarefa da EUROMIL é a de promover as condições sociais e profissionais dos militares. Fazemo-lo há 50 anos e desde há 30 anos de mãos dadas com a ANS.

Estamos felizes por ter a ANS e as outras associações portuguesas, connosco e continuaremos a avançar, de mãos dadas, também no futuro. Não seremos impedidos!

Obrigado, e eu e a EUROMIL estamos desejosos de continuar a nossa amizade e desejamos-vos tudo de bom com os vossos 33 anos de representação e luta diária.”

Emmanuel Jacob

25 de Junho de 2022 ▲